

# Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro

## Estudo 12 – O cristão e as autoridades

### Romanos 13.1-7

Elaborado por Lincoln A. A. Oliveira.  
[lincoln@pibrj.org.br](mailto:lincoln@pibrj.org.br)

#### 1. Introdução

Nos onze capítulos iniciais de Romanos, o apóstolo Paulo, autor deste livro da Bíblia, discorre sobre diversos princípios teológicos. A partir do capítulo doze, contudo, ele aborda questões mais práticas relacionadas com a vida cristã. Enquanto que a salvação é individual, a vida cristã é coletiva, pois ela está necessariamente associada a pessoas, à igreja e à sociedade. Sem pessoas a vida cristã praticamente não existe. Você pode conhecer teologia, doutrinas, pode ser salvo em Jesus, mas se estiver isolado em uma ilha deserta não poderá desenvolver uma vida cristã a não ser que haja pessoas para se relacionar.

Um dos aspectos importantes da vida cristã é como nós nos comportamos em nossa sociedade e em particular, como nós nos relacionamos com as autoridades. Este é o tema deste estudo de hoje.

#### 2. O cristão como cidadão

Os cristãos são pessoas de dupla cidadania, pois são súditos do reino de Deus e cidadãos de um certo País. Como vivemos em uma sociedade, cada pessoa, inclusive o crente, deve analisar constantemente o seu papel político no ambiente onde vive. A política faz parte da realidade de todos. Se alguém afirma que não faz política isso já é fazer política. Quanto ao bom cidadão cristão, será que ele é diferente de qualquer outro bom cidadão? Qual deve ser o relacionamento do cristão com o Estado? E quanto ao pagamento de impostos? E com a prática

da cidadania? Será que os crentes deveriam ter um lugar diferente na sociedade sob o ponto de vista político? É razoável haver alguma ligação entre a igreja e o Estado? Algumas das respostas a essas perguntas podem ser encontradas em nosso texto base de Romanos 13.1-7. É o que veremos a seguir.

#### 3. O dilema de obedecer

O texto mencionado ensina que o cristão tem uma responsabilidade social em relação aos governantes. Ele deve obedecer-lhes, honrá-los e pagar impostos. Ensina também que toda a autoridade procede de Deus. Estes princípios contudo, nos fazem levantar algumas questões como por exemplo se devemos obedecer as autoridades sempre, sob quaisquer condições. O que dizer do caso de um governo totalitário e tirano, que não respeita os direitos humanos, impede o culto a Deus e age contra os Seus princípios? Toda a autoridade é realmente legítima? Quando examinamos a Bíblia, vamos encontrar alguns casos em que algumas ordens de autoridades constituídas não foram atendidas. Um deles é o caso das parteiras hebréias, relatado em Êxodo 1.16-17. Elas tiveram ordem do rei do Egito para matar todos os meninos recém nascidos de modo a diminuir o crescimento do povo de Israel. Elas porém, não seguiram a ordem do rei e mantiveram os meninos com vida. Em outro episódio, o profeta Daniel desobedeceu ao rei quando este lhe mandou orar para um ídolo (Daniel 3). Outro caso que podemos relatar, já no Novo Testamento, é a própria tensão entre as autoridades judaicas e os apóstolos.

Estes foram proibidos de pregar o evangelho (Atos 4.18 e 5.29) porém não obedeceram. Jesus nos exortou em Mateus 22.21 a darmos a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. Mas, perguntamos, será que tudo que César exige é realmente de César? Será que sempre as autoridades são instrumentos de Deus? Se estiverem erradas devermos obedecer-lhes mesmo assim? Deus aprova tudo o que elas fazem?

Diante dessas questões e exemplos onde encontramos situações do que poderíamos chamar de desobediência civil, como resolver o dilema de obedecer? Haveria um critério para nos orientar sobre isso? Sim, creio que podemos considerar os três pontos seguintes como critérios para essa matéria:

- a) O cristão deve obedecer ao governo sempre que este assumir posição apropriada debaixo de Deus. Não é legítimo obedecer quando a autoridade pretende tomar o lugar de Deus. No caso das parteiras hebréias, o rei lhes ordenou que matassem crianças inocentes. Além disso o rei proibira o povo de adorar a Deus e o submeteu a escravidão forçada não permitindo que deixassem o país.
- b) Nunca é bíblicamente justificável rebelar-se contra um governo que não esteja assumindo o papel de Deus. Pode-se fazer oposição, mas rebelar-se, não é justificável.
- c) Nenhuma revolução é justificável para o cristão por motivos meramente políticos. Não existe justificativa bíblica para se derrubar um governo a não ser que este pretenda assumir o papel de Deus.

Convém ressaltar que um governo toma para si o papel de Deus quando:

- Oprime o cidadão com algum tipo de escravidão forçada;
- Não governa mediante o consentimento dos governados;

- Trata os governandos como coisas e não como pessoas. Isso ocorre quando há desrespeito, vinganças vexames etc.

#### 4. Por que obedecer?

Se deixarmos de lado as questões extremas e nos concentramos no caso de um governo normalmente constituído e levando em conta nosso texto de Romanos 13.1-5, devemos obedecer a este governo pelos seguintes motivos:

- i) Os governos são instituídos por Deus;
- ii) Os governos refreiam os malfeitores;
- iii) Os governos recompensam homens bons;
- iv) A desobediência pode ocasionar a ira do governante;
- v) Obedecer é um bom testemunho cristão;
- vi) Ao se submeter ao governo o cristão contribui para fazer o bem, resistir ao mal, promover a ordem e impedir o caos;
- vii) Quem resiste à autoridade resiste a Deus.

A igreja não deve interferir nas coisas do Estado e nem exercer pressão política no governo. Isso deve ser feito pelo cidadão sozinho ou mobilizado, através de entidades outras que não a igreja.

Finalizando este estudo, meu desejo é que cada um de nós possamos ser bons cidadãos. E isso poderá ser feito através do respeito às autoridades, obediência às leis, pagamento de impostos, orando pelos governantes, participando responsabilmente na sociedade, pelo exercício de uma profissão de forma competente, sendo bom estudante, e finalmente, sendo o “sal da terra” conforme nos admoestou Jesus em Mateus 5:13.

Bibliografia:  
“Ética Cristã – Alternativas e questões contemporâneas”,  
por Norman L. Geisler. Editora Vida Nova.